

EDITAL CONJUNTO Nº 34/2025 DE DIVULGAÇÃO
REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS GRATUITAS PARA O ENSINO
MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO SESC/SENAC PARANÁ,
PARA ESTUDANTES INGRESSANTES NO PRIMEIRO ANO
LETIVO DAS TURMAS COM INÍCIO EM 2025, NA UNIDADE
SESC/SENAC DE ARAPONGAS.

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, Administração Regional no Estado do Paraná, e o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, Administração Regional no Estado do Paraná, tornam pública a realização do Processo Seletivo para provimento de vagas gratuitas para estudantes ingressantes no 1º ano letivo das turmas com início em 2025 do ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO SESC E SENAC PARANÁ, ofertado na Unidade do Sesc Paraná e do Senac Paraná em Arapongas, qualificada neste instrumento, mediante condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O presente Processo Seletivo público será regido por este Edital de acordo com as Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade – PSG do Senac e com as Normas Gerais do Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG do Sesc, e executado pela Unidade do Sesc e do Senac em Arapongas, especificada no ANEXO I.
- 1.2 As Entidades oferecem vagas gratuitas para estudantes ingressantes no primeiro ano letivo da turma com início em 2025 do **ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO SESC E SENAC PARANÁ**, na cidade de Arapongas, conforme contido no ANEXO I.
- 1.3 A inscrição ocorrerá no período de **24 de janeiro a 30 de janeiro de 2025**, e deverá ser realizada presencialmente, mediante agendamento prévio, na Unidade do Sesc e do Senac de Arapongas, especificada no ANEXO I, respeitando-se as datas e horários informados neste Edital.

2. DOS PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS PARA A INSCRIÇÃO

- 2.1 O Processo Seletivo está aberto a candidatos que atendam concomitantemente aos termos do Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG e o Programa Senac de Gratuidade – PSG, em consonância com os Decretos nºs 6.632/2008 e 6.633/2008, e conforme diretrizes e Normas Gerais publicadas pelos respectivos Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac.
- 2.2 O candidato deverá preencher os seguintes critérios:
- I. Ser trabalhador do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ou dependente de trabalhadores do comércio ou Público em Geral;
 - II. Comprovar renda familiar compatível com o Programa Senac de Gratuidade – PSG e o Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG, quais sejam:
 - a) Programa Senac de Gratuidade – PSG: renda familiar mensal *per capita* de até 2 (dois) salários-mínimos federais atestada mediante autodeclaração do postulante, preenchida através do Formulário de Perfil Socioeconômico;
 - b) Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG: renda bruta familiar de até 2 (dois) salários-mínimos federais *per capita*, comprovada mediante documento idôneo.
 - III. Apresentar Histórico Escolar do Ensino Fundamental;
 - IV. Ser residente no Estado do Paraná.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

- 3.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato ou seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, não poderá alegar desconhecimento do conteúdo no presente Edital e estar ciente de que o(a) estudante(a) e seu responsável deverão preencher os requisitos exigidos para efetivar a candidatura às vagas gratuitas.
- 3.2 No ato da inscrição, o candidato ou seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, deverá apresentar cópia, acompanhada de original, dos seguintes documentos:
- I. Ficha de Inscrição no Programa Senac de Gratuidade do SENAC/PR;
 - II. Ficha de Inscrição no Programa de Comprometimento e Gratuidade do SESC/PR acompanhada de questionário socioeconômico, com todos os campos preenchidos;
 - III. Formulário de "Perfil Socioeconômico" (Autodeclaração de renda para fins de matrícula no Programa Senac de Gratuidade do SENAC/PR e Termo de compromisso PSG) preenchidos e assinados pelo candidato e/ou por seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos;
 - IV. Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda do Programa de Comprometimento e Gratuidade do SESC/PR, preenchidos e assinados pelo candidato e/ou por seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos;
 - V. Termo de Compromisso do Programa de Comprometimento e Gratuidade do SESC/PR;
 - VI. Documento de identificação com foto do candidato;
 - VII. CPF (Cadastro de Pessoa Física) do candidato;
 - VIII. Certidão de Nascimento do candidato;
 - IX. Documento de identificação com foto e CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos;
 - X. Declaração ou Histórico Escolar que ateste que o candidato está cursando educação básica;
 - XI. Cópia do Cartão Cliente Sesc dentro do prazo de validade (informações e confecção do Cartão Cliente poderão ser obtidas na Central de Relacionamento com Clientes, conforme endereços e horários de atendimento das Unidades do Sesc indicadas no ANEXO I deste Edital), na hipótese de Trabalhador do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ou dependentes de Trabalhadores do Comércio;
 - XII. Comprovante de Residência no Estado do Paraná (conta de água, luz, telefone ou outra correspondência) atualizado (máximo de 90 dias) em nome do candidato ou do responsável legal, na hipótese de menor de 18 (dezoito) anos. No caso de casa alugada ou cedida, deverá acrescentar uma observação, na cópia, declarando que a casa é alugada/cedida e o comprovante está em nome do proprietário do imóvel;
 - XIII. Comprovação de renda familiar compatível com o Programa Senac de Gratuidade – PSG do Senac e com o Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG do Sesc, conforme hipóteses descritas na tabela abaixo, de todos os integrantes do grupo familiar, dos 03 (três) últimos meses:

Empregado/Assalariado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Fotocópia dos 3 (três) últimos holerites.
Atividade Rural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Declaração de atividade rural com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo III), declarando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês nos termos da Lei nº 7.115/83; ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view.
Trabalhador Autônomo ou Profissional Liberal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil/ último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de atividade autônoma com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo III), declarando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês nos termos da Lei nº 7.115/83; ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view.
Aposentado/Pensionista/Segurado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Os 3 (três) últimos extratos de recebimento de aposentadoria ou quaisquer benefícios previdenciários pagos pelo INSS ou outro órgão de Previdência.
Estagiário, Bolsista e/ou Jovem Aprendiz	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Contrato de Estágio ou declaração emitida pela empresa concedente declarando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês; ✓ Comprovações de recebimento dos últimos 3 (três) meses.
Pensão Alimentícia – Quando Recebe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Declaração de recebimento de pensão com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo IV), declarando valor correspondente à pensão média por mês e o nome do beneficiário nos termos da Lei nº 7.115/83.
Pensão Alimentícia – Quando Não Recebe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Declaração de <u>não</u> recebimento de pensão com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo IV), nos termos da Lei nº 7.115/83.
Pensão por Morte	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia de comprovante de recebimento de pensão por morte; ✓ Declaração de recebimento de pensão por morte com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo V), declarando valor correspondente à pensão média por mês e o nome do beneficiário nos termos da Lei nº 7.115/83.
Recebimento de Aluguel	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Anexar contrato de locação e comprovante de recebimento.
Ajuda de Parente - terceiros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Declaração do depositante, com firma reconhecida em cartório, (quem ajuda) declarando o valor médio mensal.
Desempregado – Recebendo Seguro Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de desemprego com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo VI), declarando há quanto tempo está desempregado e qual a atual fonte de renda; ✓ Fotocópia da Guia de recolhimento do FGTS ou fotocópia da Rescisão Contratual que estiverem dentro do período avaliado e comprovantes de recebimento referentes ao seguro-desemprego.

Desempregado - Não recebendo o seguro-desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de desemprego com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo VI), declarando há quanto tempo está desempregado e qual a atual fonte de renda.
Ausência de Renda – Sem Registro de Atividade na Carteira de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil e a página seguinte em branco); ✓ Declaração com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo VII), declarando que não possui renda de qualquer atividade laboral, seja ela, trabalho informal ou formal.
Microempreendedor Individual - MEI	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil / último registro e a página seguinte em branco); ✓ Declaração de atividade MEI com firma reconhecida em cartório (modelo no Anexo VIII ou IX), declarando a atividade que exerce e valor correspondente à renda média por mês, nos termos da Lei nº 7.115/83; ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view; ✓ Declaração anual SIMEI disponível no site: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSP/O/dasnsimei.app/; ✓ Certificado de Condição de Microempreendedor Individual disponível no site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp?cnpj.
Empresário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fotocópia do relatório completo da Carteira de Trabalho Digital, preferencialmente, ou Carteira de Trabalho Física (página que contém a foto / qualificação civil e a página seguinte em branco); ✓ Declaração emitida por contador, informando os pró-labores retirados nos últimos doze meses; ✓ Cartão CNPJ/MF; ✓ Contrato social; ✓ Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF ou declaração de isento emitida no site: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/declaracoes/dai/view; ✓ Recibo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

3.3 Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

3.4 As informações prestadas nas Fichas de Inscrição do SESC/PR e do SENAC/PR, como também nos Formulários de Autodeclaração de Baixa Renda do SESC/PR e de Perfil Socioeconômico do SENAC/PR, são de inteira responsabilidade do candidato e, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, de seu responsável legal, **sendo reservado ao SESC/PR e ao SENAC/PR excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher de forma correta e completa as informações, assim como prestá-las de forma fraudulenta não condizente com a realidade, podendo responder, a qualquer momento por crime contra a fé pública, conforme Artigo 299, do Código Penal, Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940.**

3.5 Se julgar necessário, o SESC/PR e o SENAC/PR realizarão visitas domiciliares, sem prévio agendamento, ao endereço informado nas Fichas de Inscrição, ficando o seu responsável legal

ciente. A eventual visita será realizada por um profissional habilitado das Entidades, devidamente identificado. Neste momento, poderão ser solicitados novos documentos e informações sobre a situação socioeconômica familiar, ou de documentação.

3.6 Para os fins deste Edital, entende-se como "Grupo Familiar" a unidade nuclear composta por 01 (uma) ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.

3.6.1 Para candidatos que residem com outros familiares ou responsáveis legais, que não são seus pais biológicos, deverão apresentar termo de guarda judicial ou assemelhados, para comprovação do vínculo/dependência. Nas situações de acordo extrajudiciais, deverá ser apresentada declaração da guarda assinada pelo responsável legal.

3.6.2 Se houver o recebimento de valores da família de origem para custear, por exemplo, moradia, alimentação, manutenção de vestimentas de algum candidato, tais valores deverão ser declarados pelo atual responsável.

3.6.3 No caso de guarda compartilhada, os representantes legais deverão apresentar documentação comprobatória sobre a situação de guarda do candidato, quer seja a cópia do Termo de Guarda quando houver decisão judicial, quer seja a declaração assinada pelos responsáveis e autenticada em cartório nas situações de acordo extrajudiciais.

3.7 Para os fins deste Edital entende-se como "Renda Bruta Familiar" o total das importâncias recebidas periodicamente de todos os integrantes do grupo familiar, que residem no mesmo domicílio, como, por exemplo: salário, demais receitas como proventos, aluguéis, aposentadorias, seguro-desemprego, pensão alimentícia, rendimentos, recursos de programas de transferência de renda, entre outros. Sendo ainda necessária a declaração de todos os rendimentos variáveis recorrentes, recebíveis de forma frequente tais como bônus, comissões, participação nos lucros, entre outros.

3.7.1 O critério de enquadramento na categoria baixa renda é aplicável as pessoas com renda de até 02 (dois) salários-mínimos federais per capita familiar (o que significa a renda de cada pessoa da família ou pessoas que residam em um mesmo domicílio) levando-se em conta os últimos 03 (três) meses anteriores ao comparecimento na inscrição.

3.7.2 O cálculo da renda familiar per capita pressupõe o somatório da renda bruta de cada morador do domicílio dividido pela quantidade de moradores do domicílio/grupo familiar.

3.7.3 No caso de guarda compartilhada, considera-se a renda total do responsável que ficar mais tempo com o(a) filho(a) - lar referencial - incluindo o valor da pensão alimentícia recebida. Se não houver o pagamento de pensão alimentícia e o(a) filho(a) ficar em tempo igual com os responsáveis, será considerado a renda total dos 02 (dois).

3.7.4 As informações prestadas na Ficha de Inscrição (SESC/PR e SENAC/PR), Formulário de Perfil Econômico (SENAC/PR), Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda (SESC/PR) e do Termo de Compromisso (SESC/PR e SENAC/PR), são de inteira responsabilidade do representante legal, estando ciente de que a declaração de informações falsas configura crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal. Reserva-se ainda ao SESC/PR e ao SENAC/PR o direito de excluir do processo seletivo o candidato que se negar a responder de forma fidedigna a todas as perguntas referentes aos formulários.

4. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os critérios de avaliação e de classificação serão regidos da seguinte forma:

- I. Análise da documentação apresentada;
- II. Análise da categoria do candidato e cálculo do Índice de Categoria;



- III. Análise da Ficha de Inscrição e do Formulário de Autodeclaração de Baixa Renda e cálculo do Índice de Renda Bruta Familiar *per capita*.

4.2 O Índice Classificatório (IC) final será obtido mediante a adoção dos seguintes critérios:

- I. Índice de Categoria, determinado em conformidade com as informações prestadas pelo candidato e/ou seu responsável legal no momento da inscrição, sendo atribuído o peso 0,3 (zero vírgula três) para dependentes de Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e 0,7 (zero vírgula sete) para Público em Geral;
- II. Índice da Renda Bruta Familiar per capita, com o limitador de 02 (dois) salários-mínimos base nacional per capita, sendo a pontuação obtida por meio dos pontos distribuídos em conformidade com a renda bruta familiar per capita apresentada.

4.3 A nota final será calculada mediante a fórmula:

- I. IC Trabalhador do Comércio ou dependente = Índice da Categoria + Ponderação da Renda Familiar;
- II. IC Público em Geral = Índice da Categoria + Ponderação da Renda Familiar;
- III. A classificação final será apresentada em ordem ascendente de acordo com o resultado do Índice Classificatório, ou seja, ficará em melhor colocação o candidato que alcançar menor pontuação no Índice Classificatório.

4.4 No caso de empate do Índice Classificatório, dar-se-á preferência ao candidato que sucessivamente:

- I. For da categoria Dependente de Trabalhador do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
- II. Menor Renda Bruta Familiar per capita;
- III. Tiver maior idade.

5. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1 As vagas serão preenchidas em função do número de vagas disponíveis para a turma, Curso e Unidade de escolha do candidato no ato da inscrição, e em função dos resultados na avaliação de classificação conforme os critérios estipulados por este Edital.

5.2 Caso o número de aprovados ultrapasse o número de vagas disponíveis, os candidatos entrarão em uma lista de espera para abertura de novas vagas, somente no ano letivo de início da turma em questão, período de vigência do presente Edital.

5.3 A disponibilidade de vagas durante o período de vigência deste Edital não garante a convocação dos candidatos descritos na lista de espera, estando essa convocação condicionada à análise prévia, por parte das Entidades:

- a) Das possibilidades estabelecidas nas Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade - PSG do SENAC/PR e nas Normas Gerais do Programa de Comprometimento e Gratuidade - PCG do SESC/PR;
- b) Da compatibilidade entre o ingresso tardio no curso, a carga horária e o cronograma de aulas.

6. DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS

6.1 O candidato ou seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, deverá apresentar-se, quando convocado, para comprovação dos requisitos em data definida pelas Entidades, munido da documentação exigida para matrícula.



6.2 A não apresentação dos documentos solicitados implica na automática eliminação do candidato no processo seletivo público.

6.3 Informações e documentos complementares aos prestados no ato da inscrição poderão ser solicitados na ocasião da comprovação dos requisitos exigidos, a exemplo de declaração referente ao atendimento aos pré-requisitos do curso, termo de compromisso, dados cadastrais com base legal referente à matrícula, entre outros, atendendo às Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade - PSG do SENAC/PR e com as Normas Gerais do Programa de Comprometimento e Gratuidade - PCG do SESC/PR.

6.4 A matrícula somente ocorrerá se a documentação solicitada atender às exigências apresentadas neste Edital.

7. DA GRATUIDADE

7.1 O candidato que vier a ser classificado fará jus à bolsa educacional integral para o **1.º ANO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO SESC E SENAC PARANÁ**, para o ano de 2025.

7.2 Ao estudante que realizar os três anos do **ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO SESC E SENAC PARANÁ** na Unidade SESC/SENAC de Arapongas, turma esta vinculada a este edital, seja através de bolsa educacional integral gratuita, seja através de custeio próprio, e for aprovado no curso, será conferido o diploma de "Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio".

7.3 Considerando a realização de aulas do Curso nos períodos matutino e vespertino, conforme calendário da turma para a qual o candidato solicita sua inscrição, se contemplado com o benefício da gratuidade, o mesmo estudante não poderá realizar outros cursos, na condição de gratuidade, que venham a ser ofertados no mesmo horário e turno das aulas do **ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO SESC E SENAC PARANÁ**.

8. DA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1 A partir do dia **31 de janeiro de 2025**, será divulgado no endereço eletrônico do SESC/PR: <https://www.sescpr.com.br/editais>, no endereço eletrônico do SENAC/PR: <https://www.pr.senac.br> e na Unidade do SESC/PR e do SENAC/PR de Arapongas, o Edital de Convocação dos candidatos selecionados que deverão comparecer pessoalmente, acompanhados de seus responsáveis legais, na Unidade, mediante agendamento prévio, portando documentação exigida para confirmação dos dados e efetivação da matrícula.

8.2 O presente processo seletivo será realizado seguindo o cronograma abaixo:

Processo/Atividade	Data/Período
Período de Inscrição	24/01/2025 a 30/01/2025
Período de análise da documentação	A partir da publicação do edital até 31/01/2025
Visitas domiciliares	A partir da publicação do edital até 31/01/2025
Publicação do Edital dos Resultados e Convocação para Matrícula	A partir de 31/01/2025
Período de realização da Matrícula	A partir de 31/01/2025 até 06/02/2025

9. DA MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO DE GRATUIDADE PARA OS DEMAIS ANOS LETIVOS DO CURSO

9.1 Os candidatos selecionados, desde já, ficam cientes que para eventual direito a obtenção de bolsa educacional integral para os anos letivos seguintes, deverão possuir:

9.1.1 no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;

9.1.2 nota/conceito necessário para aprovação;

9.1.3 cumprir as normas contidas no regimento escolar das Entidades;

9.1.4 comprovar os requisitos necessários para o preenchimento da vaga do contido na legislação relativa ao PSG do SENAC/PR e ao PCG do SESC/PR, dentre os quais, especialmente, a **permanência na condição de baixa renda e demais**, mediante a comprovação, anualmente, de recebimento de baixa renda de até 2 (dois) salários-mínimos *per capita*, conforme piso nacional vigente, definidas pelas Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade – PSG e com as Normas Gerais do Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG.

9.2 A manutenção do benefício de gratuidade concedido nos termos deste Edital está sujeita à análise mediante o disposto em Edital próprio a ser publicado pelas Entidades com cronograma específico e antecipadamente ao início de cada novo ano letivo do Curso.

9.3 O não cumprimento de uma ou mais das condições descritas no item 9.1 resultará na perda da gratuidade, e um prazo de carência de 01 (um) ano será aplicado para que o candidato possa se inscrever novamente nas vagas do PCG/PSG nesta atividade.

9.4 O prazo de carência não se aplica aos casos em que seja apresentada justificativa formal nas seguintes situações:

- I. Doença, com apresentação de atestado médico;
- II. Mudança para outro município e/ou estado;
- III. Quando a renda bruta familiar per capita ultrapassar 2 (dois) salários-mínimos federais.

10. DO CANCELAMENTO DA BOLSA DE ESTUDOS

10.1 Constituem-se motivos para o cancelamento da gratuidade:

- I. Alteração da realidade socioeconômica do grupo familiar, que descaracterize a condição de baixa renda de até 2 (dois) salários-mínimos *per capita* do piso nacional vigente;
- II. Constatação, em qualquer tempo, seja por meio de denúncia formal e/ou por inveracidade das informações fornecidas;
- III. Não aceitação por seu responsável das condições estabelecidas no presente regulamento;
- IV. Não entrega de documentos solicitados, caso necessário, em qualquer tempo;
- V. Comprovação de denúncia formal, em qualquer tempo;
- VI. Não atingir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

10.2 Caso o SESC/PR e/ou o SENAC/PR verifiquem que a realidade socioeconômica do grupo familiar ultrapassou o limite de baixa renda de até 2 (dois) salários-mínimos *per capita* do piso nacional vigente, o candidato e/ou seu responsável legal serão imediatamente informados e o estudante perderá automaticamente o direito à bolsa de estudos prevista neste Edital. Os responsáveis deverão adotar as medidas necessárias para promover a imediata transferência do estudante, assumindo responsabilidade civil pelos danos causados às Entidades e comprometendo-se ao pagamento do valor equivalente às mensalidades escolares durante o período em que o estudante estiver sem direito ao benefício.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

11.1 O responsável legal compromete-se a tomar ciência sobre a cultura de proteção de dados pessoais do SESC/PR e do SENAC/PR, para respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couberem, os princípios e regras constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), da Política de Privacidade e da Política de Segurança da Informação do SESC/PR e do SENAC/PR, disponível para download em:

11.1.1 SESC/PR: <https://transparencia-pr.sesc.com.br/transparencia>;

11.1.2 SENAC/PR: <https://transparencia.senac.br/#/pr/controle-interno-externo>.

11.2 A violação de quaisquer dos compromissos e obrigações em relação ao compartilhamento de dados pessoais contidos neste Edital, nas normas internas supracitadas e/ou na lei brasileira em geral, dará ao SESC/PR e ao SENAC/PR o direito de rescindir unilateralmente o Contrato e aplicar as demais sanções cabíveis, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

11.3 Na hipótese de o responsável legal identificar a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais, deverá comunicar o SESC/PR no mesmo dia em que tomar ciência do fato por meio do endereço eletrônico: relacionamento@sescpr.com.br.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A inscrição do candidato implica a aceitação das normas para o processo seletivo público, contidas nos comunicados, neste Edital e em demais a serem publicados.

12.2 O candidato convocado para qualquer fase vinculada ao processo seletivo público que não atender aos comunicados no prazo estipulado pelas Entidades será considerado desistente, sendo automaticamente excluído do processo.

12.3 O SESC/PR e o SENAC/PR poderão solicitar complementação de documentação sendo a apresentação de inteira responsabilidade do responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, que terá por finalidade averiguar a veracidade das informações prestadas na Ficha de Inscrição do SESC/PR, na Ficha de Inscrição do SENAC/PR, no Formulário de Perfil Socioeconômico do SENAC/PR e na Autodeclaração de Baixa Renda do SESC/PR.


12.4 Verificado que houve irregularidades, omissões e/ou declarações falsas na documentação apresentada pelo estudante e/ou responsável legal, e que estas importam prejuízo, SESC/PR e SENAC/PR reservam-se o direito de não conservar o benefício concedido ao estudante, resultando no cancelamento da bolsa de estudos.

12.5 É de inteira responsabilidade do responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a esse processo seletivo, que sejam publicados e/ou divulgados na internet, nos endereços eletrônicos do SESC/PR e do SENAC/PR.

12.6 De acordo com as Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade – PSG do Senac, os estudantes matriculados na condição de gratuidade receberão, também gratuitamente, uniforme escolar e material didático, quando aplicável.


12.7 Os documentos relativos a este processo seletivo serão guardados pelo período de 05 (cinco) anos, conforme determinam as Diretrizes do Programa Senac de Gratuidade – PSG do SENAC/PR e com as Normas Gerais do Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG do SESC/PR.

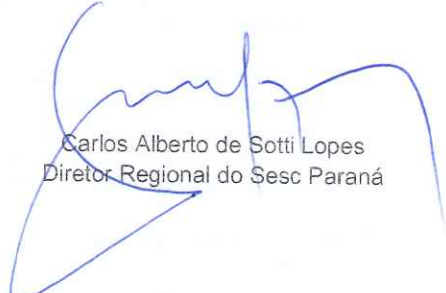
12.8 Se o candidato ou responsável legal possuir alguma restrição financeira junto ao SESC/PR ou ao SENAC/PR, a efetivação da matrícula fica sujeita à quitação dos valores, caso contrário, o candidato perderá a vaga.



- 12.9 O SESC/PR e o SENAC/PR, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, assumem a responsabilidade de tratar, de forma íntegra e confidencial, os dados dos candidatos (pessoas naturais), e de seus responsáveis legais, que participarem do presente Edital, sejam selecionados ou não.
- 12.10 Caso ocorra abandono, desistência ou transferência haverá um prazo de 01 (um) ano para que o estudante possa candidatar-se novamente às vagas no Programa de Comprometimento e Gratuidade – PCG e no Programa Senac de Gratuidade – PSG, nesta atividade.
- 12.11 Ao SESC/PR e ao SENAC/PR fica reservado o direito de modificar as modalidades de ensino (presencial e online), parcial ou totalmente, definitiva ou temporariamente, conforme decisão da autoridade competente.
- 12.12 Em ofertas online, realizadas conforme deliberação das Entidades, desde já indica-se a possibilidade de solicitação, ao estudante, do aceite de uso de imagem e som em encontros síncronos e gravações de aulas e/ou atividades promovidas no âmbito do Curso.
- 12.13 Desde já, o candidato ou seu responsável legal, na hipótese de candidato menor de 18 (dezoito) anos, fica ciente de que, se efetivada a matrícula em decorrência do especificado neste Edital, os dados cadastrais de e-mail e telefone dos estudantes devem ser atualizados ao final do curso para a finalidade de participação em pesquisas de Egressos promovidas pelos Departamentos Nacionais do Sesc e/ou do SENAC, no que couber.
- 12.14 Casos omissos serão analisados e deliberados pelas Direções Regionais do Senac Paraná e do Sesc Paraná.

Curitiba, 23 de janeiro de 2025.


Sidnei Lopes de Oliveira
Diretor Regional do Senac Paraná


Carlos Alberto de Sotti Lopes
Diretor Regional do Sesc Paraná

ANEXO I
DAS VAGAS GRATUITAS

1. CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Unidade	Endereço	Telefone e e-mail	Vagas	Turma	Turno	Modalidade
Senac Arapongas	Rua Tico Tico Rei, nº 51, Jardim Caravelle, Arapongas/PR	(43) 3223-5650 arapongas@pr.senac.br Horários de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 22h Sábado das 8h às 12h.	10	1º ano	Integral	Presencial
Sesc Arapongas	Rua Tico Tico Rei, nº 41, Jardim Caravelli, Arapongas/PR	(43) 3308-2540 relacionamento.arapongas@sesc.pr.com.br Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h às 21h				

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____, do CPF nº _____, declaro que trabalho como
produtor rural, com renda mensal aproximada no valor de R\$ _____, referente à(s)
atividade(s) _____
_____.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica,
além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão
indeferir a solicitação do candidato.

_____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL
(Autônomo ou Profissional Liberal)

Eu, _____, CPF nº _____, portador(a) da carteira de identidade _____, órgão de expedição _____, residente no endereço _____,

declaro para os devidos fins que trabalho como **autônomo** na função de _____ (profissão), com renda mensal aproximada de R\$ _____.

Declaro ainda que o valor da renda mensal acima informado é verdadeiro, estando eu ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes podem resultar em processo contra mim penalmente, como crime de falsidade ideológica, art.299 do Código Penal Brasileiro, e/ou civilmente, com ressarcimento por prejuízo causado a terceiros. Portanto, autorizo a devida investigação e fiscalização para fins de averiguar e confirmar a informação declarada acima por mim.

_____, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Declarante



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade/RG _____, órgão de expedição
_____, do CPF nº _____, residente no endereço
_____.

Marque a opção abaixo:

DECLARO que:

RECEBO pensão alimentícia no valor mensal de R\$ _____, proveniente da
guarda de _____.

NÃO RECEBO pensão alimentícia, proveniente da guarda de
_____.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica,
além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão
indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do Declarante



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO POR MORTE

Eu, _____,
portador da carteira de identidade/RG _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, residente no endereço
_____.

Marque a opção abaixo:

DECLARO que:

- Recebo aposentadoria/pensão de outro regime de previdência
- Última remuneração bruta*: R\$ _____ - Mês/ano: ____ / _____
- Não recebo aposentadoria/pensão de outro regime de previdência.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos
fins que estou desempregado desde ____/____/20____.


Acrescento ainda que tenho suprido minhas necessidades financeiras da seguinte maneira:

_____.

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica, além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

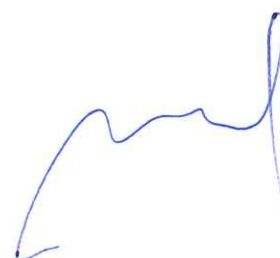


ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RENDA

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____, e do CPF nº _____, declaro para os devidos
fins, que não possuo renda de qualquer atividade laboral, seja ela, trabalho informal ou formal.
Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica,
além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão
indeferir a solicitação do candidato.

_____, de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante



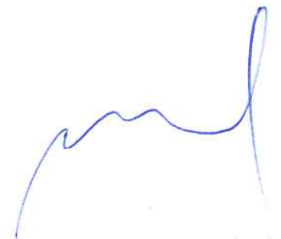
ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de
expedição _____, e do CPF nº _____, nome
empresarial: _____, inscrito no
CNPJ: _____, declaro que possuo o cadastro como microempendedor
Individual e percebo a quantia mensal aproximada de R\$ _____, referente a (s) seguintes
atividade (s):

Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica,
além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão
indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE MEI INATIVO

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de
expedição _____ e do CPF nº _____, nome
empresarial: _____, inscrito no
CNPJ: _____, vem através da presente, declarar sob as penas da lei, para
todos os fins de direito, que a empresa supracitada **NÃO EFETUOU** qualquer atividade operacional,
não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, de
qualquer espécie, durante o Exercício Solicitado neste processo seletivo, dessa forma considerada
INATIVA. Declaro que não apresentei a certidão de baixa, por ainda estar em situação de regularização.
Assumo inteiramente a responsabilidade perante o Art. 299, do Código Penal, que versa sobre
declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo em crime de falsidade ideológica,
além disso, declaro que estou ciente de que a inveracidade das informações prestadas poderão
indeferir a solicitação do candidato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante

